



CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
DIRETORIA LEGISLATIVA

LEI N. 2.512, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019
(DOM 01.10.2019 – N. 4.692, ANO XX)

INSTITUI, no Calendário Oficial da Cidade de Manaus, o quinquagésimo dia após a Páscoa como o Dia da Festa de Pentecostes e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1.º Fica instituído e incluído, no Calendário Oficial da Cidade de Manaus, o quinquagésimo dia após a Páscoa como sendo o Dia da Festa de Pentecostes.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 01 de outubro de 2019.

ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO
Prefeito de Manaus

Este texto não substitui o publicado no DOM de 01.10.2019 – Edição n. 4.692, Ano XX.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS

Manaus, terça-feira, 1º de outubro de 2019.

Ano XX, Edição 4692 - R\$ 1,00

Poder Executivo

LEI Nº 2.512, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

INSTITUI, no Calendário Oficial da Cidade de Manaus, o quinquagésimo dia após a Páscoa como o Dia da Festa de Pentecostes e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1.º Fica instituído e incluído, no Calendário Oficial da Cidade de Manaus, o quinquagésimo dia após a Páscoa como sendo o Dia da Festa de Pentecostes.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 01 de outubro de 2019.

ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO
Prefeito de Manaus

LEI Nº 2.513, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

CONSIDERA de Utilidade Pública o Instituto Amigos da Família (lafam) e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1.º Fica considerado de Utilidade Pública o Instituto Amigos da Família (lafam), organização religiosa, sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n. 27.938.593/0001-98, com sede e foro na cidade de Manaus, situada na Rua Rio Ribeira, n. 2 – bairro Gilberto Mestrinho, Comunidade Novo Reino 2 – CEP 69.086-138.

Art. 2.º A Utilidade Pública prevista no artigo 1.º aplica-se, no que couber, no âmbito do município de Manaus, responsabilizando-se a Prefeitura Municipal pelas providências necessárias ao cumprimento da presente legislação.

Art. 3.º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação

Manaus, 01 de outubro de 2019.

ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO
Prefeito de Manaus

DECRETO Nº 4.601, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

DECLARA de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 80, inc. XII e 128, inc. I, da Lei Orgânica do Município de Manaus e tendo em vista as disposições do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

CONSIDERANDO a obrigação do Poder Público de proporcionar à população condições dignas de moradia, lazer, educação, saúde e demais serviços públicos;

CONSIDERANDO que a faixa de terra a ser utilizada está encravada em área tecnicamente estratégica para a utilidade do qual se destina;

CONSIDERANDO a necessidade de proporcionar espaços indispensáveis ao desenvolvimento das atividades previstas no Projeto de Recuperação Ambiental, Requalificação Social e Urbanística no Igarapé do Mindu, de interesse da UEP/SEMINF;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade da priorização dos processos de desapropriação ou indenização de áreas consideradas de utilidade pública necessárias para a execução de obras nas áreas destinadas à implantação do Projeto;

CONSIDERANDO que a afetação pública do bem de que trata este Decreto é fundamental para a adequada funcionalidade do citado Projeto;

CONSIDERANDO a Informação nº 0435/2017 – DEGTA/SEMMAS que verificou que o imóvel em questão não está inserto em Área de Preservação Permanente – APP;

CONSIDERANDO, finalmente a manifestação favorável da Procuradoria Geral do Município – PGM, por meio do Parecer nº 231/2019 – PPI/PGM, ratificado pelo Despacho subscrito pela Subprocuradora Geral do Município, os demais elementos informativos constantes nos autos do Processo nº 2018/17428/17609/00253,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel localizado nesta cidade na Rua nº 01, nº 498, Comunidade Cidade de Deus, Bairro Jorge Teixeira, com área total de 181,63 m² (cento e oitenta e um metros quadrados e sessenta e três decímetros quadrados), de posse da **IGREJA EVANGÉLICA PENTECOSTAL VIVER PARA CRISTO**, representada por **MILTON**